
A imortalidade do ser amado segundo Gabriel Marcel

The immortality of being loved according to Gabriel Marcel

DOI: 10.12957/ek.2023.69872

José André de Azevedo¹

Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUCPR

jaazevedo@pucpr.br

<https://orcid.org/0000-0003-2586-8546>

Clélia Peretti²

Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUCPR

cpkperetti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2062-0883>

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar, a partir do pensamento do filósofo francês Gabriel Marcel (1883-1973), a temática da morte, mas não a morte enquanto “minha”, à *minha morte*; aborda-se aqui a morte do ser amado. Aquele e aquela que amei, que me amaram, para onde vão após a morte? Como a partida do ser amado afeta metafisicamente aquele que a morte devastou? Abordando a morte do ser amado não como um “problema” a ser resolvido, mas como um “mistério” a ser vivenciado, Marcel aponta a fidelidade como condição imprescindível para a compreensão sobre a imortalidade de quem amamos. A fidelidade, aqui, é vislumbrada não como uma simples promessa, mas como engajamento de meu ser num “tu”. Nesse sentido, somente o amor é capaz de desvelar o ser imortal que participa de nossa vida. Apenas uma relação fundada sobre o amor e a reciprocidade conduz à “comunhão do nós”; quanto mais um ser é amado como ser, menos sua morte é ressentida como perda dolorosa de uma “posse objetiva”.

Palavras-chave: Gabriel Marcel. Morte. Fidelidade. Imortalidade.

¹ Atualmente é chefe de gabinete da Reitoria da PUCPR. Tem experiência em Teologia, especificamente Teologia Sistemática e Teologia Pastoral, e em Fenomenologia e Existencialismo.

² Doutora em Teologia pela Escola Superior de Teologia, de São Leopoldo-RS. Mestre em Educação pela PUC-Paraná. Graduada em Pedagogia pela Libera Università Maria Santíssima Assunta, Roma, Itália.

ABSTRACT

The objective of this article is to approach, from the thought of the French philosopher Gabriel Marcel (1883-1973), the theme of death, but not death as “mine”, to my death; Here, the death of the loved one is addressed. The one I loved, who loved me, where do they go after death? How does the loved one's departure metaphysically affect the one that death devastated? Approaching the death of a loved one not as a “problem” to be solved, but as a “mystery” to be experienced, Marcel points out fidelity as an essential condition for understanding the immortality of those we love. Faithfulness, here, is seen not as a simple promise, but as an engagement of my being in a “you”. In this sense, only love is capable of revealing the immortal being that participates in our life. Only a relationship founded on love and reciprocity leads to “communion of the we”; the more a being is loved as a being, the less its death is resented as a painful loss of an ‘objective possession’.

Keywords: Gabriel Marcel. Death. Fidelity. Immortality.

Considerações iniciais

No Brasil, para a celebração dos mortos, utilizamos a tradicional expressão “Dia de Finados”, indicando um dia de memória para aqueles que se foram, que terminaram sua carreira, que abraçaram o fim, que finaram; um dia de saudades para aqueles que instalaram, com sua morte, em nosso mais profundo, ser a pergunta: “O que fazer quando não há nada a fazer?” (HENNEZEL; LELOUP, 2004, p. 16). A morte é um instante da vida – o mais avassalador e desconhecido possível, mas um instante - e “qualquer pessoa que pretenda pensar sobre o sentido da vida precisa enfrentar a questão da finitude humana” (MARTON, 2018, p. 3). Refletir sobre a morte, portanto, é defrontar-se com a pergunta pelo sentido da própria vida.

A experiência nos confirma que a vida somente adquire o seu relevo e sua densidade no imenso desgosto do inacabado. O morrer, por conseguinte, é um acontecimento que se tem que viver; é uma realidade vigorosa, que nos desperta e nos obriga a tomar consciência de nossos valores mais profundos, uma realidade que nos convida a criar, pensar, procurar um sentido. A morte, justamente porque a vida ficou inacabada, aparece como um sorvedouro (HENNEZEL; LELOUP, 2004, p. 18).

O objetivo desse artigo, entretanto, não se refere à morte enquanto “minha”, à *minha morte*, mas à morte do ser amado, de modo específico a partir das reflexões propostas pelo filósofo francês Gabriel Marcel (1889-1973). Aquele e aquela que amei,

que me amaram, para onde vão após a morte? Não podemos negar que a morte é uma partida; como expectadores, nós sentimos unicamente a dor da separação, vemos nela uma passividade cada vez mais total. Seja qual for o grau de intimidade com o ser amado que parte, chegará o momento em que não posso acompanhá-lo. A mão que me acariciava abandona a minha e não mais me corresponde. A face se volta para seu interior e a primeira mortalha é o silêncio; a comunicação efusiva cede espaço ao não correspondido.

A temática da morte foi uma constante no pensamento de Marcel.³ Porém, quando fala de morte, não é de sua morte ou da morte em geral que está falando, mas da morte da pessoa amada, da morte “íntima”. Como a partida do ser amado afeta metafisicamente aquele que a morte devastou? Quais são os lugares que me unem, eu enquanto vivente, àquele que fez parte de meu universo, que lhe esclareceu, que lhe conferiu valor único e depois desapareceu?

Ao abordarmos assim a morte, queremos abordar a atitude interior daquele que perdeu o ser amado e, por conseguinte, respondermos a uma questão metafísica, a mais importante que nos apresenta a morte: Como sobrevive ontologicamente aquele que desapareceu?

De imediato, pode-se dizer que nada nos permite afirmar categoricamente um desaparecimento absoluto, visto que “[...] não é verdadeiro que a estrutura da criatura humana comporte uma mortalidade intrínseca” (TROISFONTAINES, 1953, p. 145). Ora, se assim o é, não devemos temer a morte? Para Marcel, é a morte que funda o trágico da vida e, portanto, deve ser levada a sério, como percebemos em uma afirmação sua ao realizar uma análise fenomenológica de experimentos metapsíquicos:

[...] o suficiente erro que comete certo espiritismo consiste indubitavelmente em negar à morte sua seriedade, esse valor ao menos definitivo que funda o trágico e sem o qual a vida humana é mais do que um espetáculo de marionetes (MARCEL, 1951, p. 216).

³ Gabriel Marcel perdeu a mãe aos quatro anos de idade, fato que despertará nele um profundo questionamento sobre o “local” para onde ela foi. Durante a Primeira Guerra, trabalhou na Cruz Vermelha, atendendo aos familiares dos soldados que faleceram em combate. Tais fatos despertaram nele a busca por uma filosofia concreta, que se questionasse seriamente sobre a imortalidade do ser amado.

Evidentemente, a natureza do ser humano implica a morte e é um benefício que nos permite preparar a opção definitiva (TROISFONTAINES, 1966). Mas o desejo de imortalidade – não somente a minha, mas, igualmente, a do ser amado – não é indício de que aqueles que amamos e que morrem continuam vivos? Nesse sentido, podemos nos questionar: “A sobrevivência é uma realidade objetiva ou seria ela somente uma transposição de exigências subjetivas, de puros dados psicológicos?” (MARCEL, 2018, p. 59).

A presente reflexão, aqui, será tecida a partir de três vertentes: 1) morte como mistério, onde, a partir do binômio “mistério-problema”, proposto por Marcel, abordaremos a temática da morte; 2) morte e amor e as relações estabelecidas entre essas duas grandes realidades; 3) fidelidade ao ser amado, postura que define e afirma a imortalidade de quem amamos.

Esperamos, pois, que a presente pesquisa nos traga esperanças diante do trágico que a morte instaura em nosso viver, porquanto, no fundo, o humano mentiria a si mesmo se não acreditasse na existência de uma possibilidade infinita, pois “[...] a morte é, por assim dizer, transcendida pelo amor” (GRANADE, 2019, p. 423).

1 Morte como mistério

Em uma sociedade que fez opção pela absolutização da técnica, onde o que importa é um *savoir-faire* cada vez mais exigente e performático, não se abordam as questões de fundo, questões que dizem respeito ao sentido do ser e da vida. Em um mundo assim, a morte é um tabu, um fracasso, a radicalização do nada. Ora, um tal empirismo puro diante da morte do ser amado declara que esse mesmo ser amado sempre pertenceu ao gênero das coisas, da objetivação. O conhecimento objetivo não está habilitado a resolver a questão da identidade do ser e, consequentemente, da morte do ser amado. Daqui que, segundo a perspectiva marceliana, a morte deve ser vista não como um “problema”, mas um mistério.

Para a compreensão de todo o pensamento de Marcel se torna capital a emblemática distinção entre “problema” e “mistério”. Qual é a diferença substancial

entre esses dois planos, por assim dizer, metodológicos? Uma passagem do diário de Marcel permite elucidar tal distinção:

Distinção entre o *misterioso* e o *problemático*. O problema é algo que se encontra ou que obstaculiza o caminho. Acha-se inteiramente diante de mim. Ao contrário, o mistério é algo em que me encontro comprometido, cuja essência consiste, por conseguinte, em não estar inteiramente diante de mim. É como se nessa zona a distinção entre o *em mim* e o *ante mim* perdesse sua significação (MARCEL, 1935, p. 145).

O que Marcel desvela, aqui, é que o primeiro nível, o do problema, se caracteriza exatamente em termos objetivos, predicativos, imediatos. Ou seja, é algo dado, uma vez que, objetivamente, já se encontra aí para ser dissolvido, resolvido, requerendo, o mais imediatamente possível, uma solução. Noutra direção, o nível do mistério corresponde justamente àquilo que não se liquida, isto é, aquele âmbito da experiência que envolve, compromete, perturba, inquieta e desassossega. O problema, por conseguinte, é o que está “perante mim”, objetivável, passível de ser decomposto logicamente. Ora, esse é o movimento operado particularmente pela ciência: ela se institui, por excelência, como um campo peculiar de problemas. O mistério, por outro lado, sugere o que está em mim, quer dizer, corresponde ao que me faz estar implicado com ele e nele. Por isso é que, nesse segundo plano, acena Marcel, se torna possível transcender a oposição entre sujeito e objeto, habitual em toda teoria clássica do conhecimento, e ascender à plenitude:

[...] o mistério é o enraizamento do sujeito no ser ou, de forma mais conexa, o ser mesmo em sua plenitude, em sua efusão, o ser que me faz ser e pelo qual me é dado pela invocação no amor e na humildade. (MARCEL, 1949, p. 1062).

O âmbito do mistério é aquele que se situa, antes, numa zona profunda da realidade, a esfera mesma do que Marcel nomeava como metaproblemático. O prisma do mistério não corresponde simplesmente ao insolúvel; afinal de contas, o campo da ciência está cheio de problemas insolúveis, prestes a serem resolvidos. A zona do mistério é de outra ordem, a ordem do reconhecimento: “É da essência do mistério ser reconhecido” (MARCEL, 1935, p. 145). Com efeito, se é verdade que o problema é qualquer coisa que se apresenta diante de mim e que posso cercá-lo ou reduzi-lo a uma estreita objetividade, à medida que me engajo na totalidade do ser deixo minha situação problemática anterior. Metaproblemático e mistério não são, reiteramos, o incognoscível, aquilo que se situa no limite, mas constituem, ao contrário, o resultado de um ato positivo e rigoroso de

afirmação pelo qual o espírito recupera o que sua reflexão primeira objetivou. No mistério, o eu transcende o anônimo e se atenta à pura consistência do ser; o mistério, por conseguinte, não é obscurantismo, mas plenitude, claridade evidente. É aprofundando essa dupla perspectiva, que Marcel volta a observar:

Parece, com efeito, que entre um problema e um mistério há uma diferença essencial: a de que um problema é algo com o qual me enfrento, algo que encontro por inteiro ante mim, que se pode cercar e reduzir, enquanto um mistério é algo com o qual eu mesmo estou comprometido e que, em consequência, não é pensável senão como uma esfera na qual a distinção de em mim e ante mim perde seu significado e seu valor inicial. Enquanto um problema autêntico pode ser submetido a certa técnica apropriada em função da qual se define, um mistério transcende, por definição, toda técnica concebível. Sem dúvida, sempre é possível (lógica e psicologicamente) degradar um mistério para convertê-lo em problema, porém, tal procedimento é profundamente vicioso e sua origem deveria ser buscada, talvez, em uma espécie de corrupção da inteligência. O que os filósofos têm chamado o problema do mal nos proporciona um exemplo particularmente instrutivo dessa degradação. (MARCEL, 1935, p. 169-170).

Aos olhos de Marcel, o tema referente ao típico e clássico problema do ser torna-se, na verdade, uma formulação deveras equivocada e não deixa de haver aí até mesmo certo abuso de linguagem, na medida em que um problema é qualquer coisa que se esbarra em meu caminho ou que se fixa diante de mim exigindo alguma solução. Ora, o ser não é algo que interdita as veredas da existência, mas, de certa maneira, aquilo que confere plena existência. O âmbito do problemático é aquele em que o pensamento tem a função de absorver o que está diante de mim, de modo que a realidade seja digerida, reduzida ou até mesmo dissolvida.

O *proprium* do problemático é o fato de sempre separar e fazer surgir uma oposição irreduzível entre sujeito e objeto, entre o espectador e o espetáculo, sempre cindindo, sempre dualizando. Ora, a peculiaridade do problemático é, precisamente, a de assentar o “divórcio” entre a existência e a objetividade. Nessa medida, o problemático é a ruptura por essência, é a alienação por natureza. A consequência mais imediata do pensamento problemático é que ele torna o humano estrangeiro do pensamento, “exilando-o ao infinito” (MARCEL, 1935, p. 12). Em seu revés, “o horizonte do ‘mistério’ é, radicalmente, diverso. É o campo de uma experiência concreta resistente a toda inteligência pura e irreduzível a qualquer experimentação ou controle” (SILVA, 2014, p. 168). É nesse sentido que se pode afirmar que o “problema” é excludente (MARCEL, 1927, p. 161), pois o objeto exclui o mistério. Por outro lado, o mistério “exige”

proximidade, participação, engajamento, visto que “o mistério é alguma coisa em que estou eu mesmo engajado” (MARCEL, 1927, p. 169). Tratar o mistério da morte como um problema, por conseguinte, é erigir uma situação despersonalizada, sem rosto, portanto, caricatura.

Percebemos, assim, que a morte não se trata de um “problema”, mas de um “mistério”. A consciência objetiva exila ao infinito tudo o que acreditamos compreender; daqui que a presença do ser amado deve ser cultivada pelo amor. É esse mistério que nos une. A morte é a radicalidade do *De profundis* que se abre ao mistério, visto que “[...] é nela [na morte] que estamos no coração de nosso destino e de nosso mistério” (RICOEUR; MARCEL, 1968, p. 62). Se não olharmos a morte do ser amado a partir de sua dimensão misteriosa, ela será apenas a redução e/ou desaparecimento de suas funções.

Sendo “[...] o instante mortal [...] um acontecimento incomparável que não permite qualquer conceitualização” (MARTON, 2018, p. 23), o que dizer e como dizer de um acontecimento que nenhuma palavra descreve? Diante da ausência que a morte do ser amado nos traz, podemos enumerar três atitudes:

- a) A partir do postulado materialista, que define ser como corpo, admite-se que toda ligação pessoal é rompida com aquele que deixa o mundo dos vivos. Entretanto, aceitar a concepção materialista da morte seria trair o ser amado. Nada, entretanto, prova que a morte aniquila tudo em nós (TROISFONTAINES, 1966) e seria “um erro [...] afirmar dogmaticamente o caráter último da morte” (MARCEL, 1951, p. 216).
- b) Sem admitir a sobrevivência do ser amado, posso manter cuidadosamente sua memória. Não podemos negar que a morte é uma alteração súbita e descontínua. Ponto de ruptura, ela interrompe a continuidade e cessa toda mudança e transformação, ou melhor, é a transformação radical e absoluta (MARTON, 2018). Mas o ser que partiu deixaria apenas um toque de Mnemosine em momentos inauditos? Em Marcel, existir não é apenas existir no mundo, mas é também existir *com*. As relações concretas são tecidas no amor e na fidelidade; e são esses dois mistérios – amor e fidelidade – que superam a morte. E daqui que, em seu diário, Marcel registra: “[...] devo reconhecer que a partida é impossível onde uma intimidade efetiva existe. Uma intimidade: eis aqui a noção fundamental” (MARCEL, 1927, p. 231).

- c) Por fim, além dessa sobrevivência subjetiva, o amor exige uma sobrevivência real do outro e isso se descobre num ato de transcendência. Em outras palavras: o mistério da morte é um mistério de amor.

Reitere-se, por sua vez, que não nos referimos à morte enquanto fenômeno biológico, mas como mistério fenomênico, enquanto *provação da presença* (TROISFONTAINES, 1953, p. 142).⁴ O desaparecimento total que a morte pode demonstrar não é um fato; o ser amado não é uma coisa e/ou objeto que desaparece e se desagrega. Se o ser amado é uma revelação, sua morte não é uma aniquilação, mas um eclipse. Nesse sentido, se eu me refiro à experiência da *presença* que posso manter por meu ato de sobreviver, me convenço que a palavra “perder” não possui sentido algum no plano do ser, no âmbito do mistério. Somente na medida em que acredito que “posso” o outro é que me habilito a dizer que o “perdi”. E, por isso, devemos nos perguntar: Quem morreu era “meu” ou era “*com-migo*”?

Diante desse quadro, percebemos que o pensamento de Marcel se move em direção à questão metafísica mais importante da morte: a da sobrevivência real da perda (GRANADE, 2019). Tal sobrevivência é, evidentemente, um mistério. A morte, portanto, não é um fenômeno encerrado, mas uma abertura, o último passo de um escavamento do ser, o qual deve ser dilatado pelo amor. Somente a partir do amor podemos falar de imortalidade, como defende o pensador francês:

‘Amar a um ser – disse um de meus personagens – é dizer: Tu não morrerás!’. Para mim, esta não é simplesmente uma resposta de teatro, mas a afirmação que nos é dado transcender. Consentir na morte de um ser é, de certo modo, abandoná-lo à morte. (MARCEL, 1944, p. 158).

2 Morte e amor

A vida nos ensina que o tema da morte é soberano e, seja qual for o amor que sintamos por alguém, esse alguém morrerá. Daqui que aprender a amar é aprender a deixar partir, a deixar ir (HENNEZEL; LELOUP, 2004). Estranhamente, portanto, a

⁴ “Poderia dizer simplesmente [...] que, se a morte é um silêncio, não podemos assinalar seu término, pois não sabemos o que o silêncio oculta, o que protege, o que, talvez, prepara” (MARCEL, 1944, p. 159).

morte e o amor caminham juntos e “o mistério da morte não está separado do mistério do amor” (TROISFONTAINES, 1953, p. 141). Apenas uma relação fundamentada sobre o amor e a reciprocidade conduz à “comunhão do nós”; quanto mais um ser é amado como ser, menos sua morte é ressentida como perda dolorosa de uma “posse objetiva”: “Lá onde o amor persiste, é evidente que a morte é vencida” (GRANADE, 2019, p. 422).

Se verdadeiramente o ser que se foi esteve ligado a mim e por mim foi amado, tal relação não é algo extrínseco a nós; ela é constitutiva de nosso ser pessoal. Nesse sentido, a imortalidade do ser amado somente é pensada e afirmada a partir da intersubjetividade. Se realmente amo a um ser - estabelecendo comunhão ontológica -, diferentemente de Perseu posso mirar a face da Medusa (morte) sem correr o risco de petrificar-me. O amor oferece o caminho de perceber o outro não como “algo” ou “coisa”, mas como um ser; e se devo considerar a separação como absoluta, irremediável, é meu ser mesmo que será profundamente alterado, pois participo ontologicamente do outro. A experiência demonstra que quanto mais um ser que morreu foi amado como ser – e não como “coisa” -, menos o desaparecer é ressentido como perda dolorosa de uma “posse objetiva”.

Todo amor autêntico implica um desejo de eternidade e “para nos convenceremos da imortalidade precisamos amar” (TROISFONTAINES, 1966, p. 40). Eu afirmo a imortalidade do ser amado à medida que eu o amo; não o afirmo para ele, mas para mim mesmo à medida que sou amado. Porque fui/sou amado é que reverbera em mim o desejo de imortalidade: “É impossível que tu não sobrevivas, pois meu amor me faz reconhecer em ti um ser e o ser é capaz de franquear esse abismo que chamamos morte” (TROISFONTAINES, 1953, p. 154).

Entretanto, o desejo de imortalidade estabelecido entre aqueles que se amam não seria, no fundo, uma artimanha psicológica para enfrentar a dor da separação? Não para Marcel. Para o pensador francês, a imortalidade do ser amado é uma profecia:

Amar um ser é dizer-lhe: Tu não morrerás! Porém, qual pode ser o sentido ou o alcance de tal afirmação? Seguramente não se reduz a um desejo, a algo optativo, mas apresenta o caráter de uma segurança profética. (MARCEL, 1951, p. 220).

Porém, qual a garantia de tal segurança profética? A garantia é a própria essência daquele que ama: por ser um “tu”, é um ser. E

[...] o ser que amo está exposto a todas as vicissitudes a que estejam submetidas as coisas e, enquanto participa da natureza das coisas, está sujeito à destruição.

Contudo, atenção: [...] tal destruição pode alcançar um ser que é verdadeiramente um ser? (MARCEL, 1951, p. 220).

Segundo Marcel, a intersubjetividade somente pode ser pensada a partir do amor: “A posição da morte [...] é envolvida no ato de amor, ou seja, o amor quer seu objeto como transcendente à morte” (MARCEL, 2018, p. 57). Notemos, entretanto, que a imortalidade não é fruto do amor:

O amor envolve a afirmação da sobrevivência (e devemos afirmar-nos como sobreviventes na medida em que somos objetos de amor). O amor não cria a sobrevivência, mas envolve sua afirmação. (MARCEL, 2018, p. 58).

Assim, somente penso a imortalidade do ser amado a partir do amor: “A afirmação da sobrevivência está, portanto, ligada ao amor e não pode de ele ser separada” (MARCEL, 2018, p. 58). Separar essas duas dimensões é recair no mais estreito realismo e “[...] é em função do ato (especificando-se no amor) que a fé na imortalidade deve ser pensada” (MARCEL, 2018, p. 59). Todo amor autêntico, por conseguinte, implica um desejo de imortalidade e “[...] a imortalidade pessoal só tem o seu verdadeiro sentido na perenidade de uma comunhão” (TROISFONTAINES, 1966, p. 65); e comunhão pressupõe fidelidade.

3 Fidelidade ao ser amado

Toda fidelidade implica a confirmação a um ser concreto, pois não há fidelidade em uma abstração ou a uma abstração. Em uma postura fiel deve haver uma densidade onde deposito o meu próprio ser, minha esperança e meu ato amoroso. Fidelidade, portanto, não se trata de uma disposição psicológica ou sentimental; não é apenas um desejo ou um ato de constância; fidelidade é engajamento, entrega e abertura de minha existência a um ser. Nunca será uma fidelidade a uma ideia, visto que pensar o ser é distinto de pensar em um ser; no primeiro caso, eu resgato uma estrutura ou uma essência despersonalizada; no segundo, estabeleço entre esse ser e eu uma comunhão, uma intimidade onde nego o espaço e a morte e onde me atento espontaneamente a esse ser que eu penso (MARCEL, 1935, p. 40-43). A fidelidade se estrutura não no tempo e muito menos no eu que jura fidelidade; não é uma promessa a uma causa, ideia, partido ou

situação; a fidelidade se faz a um ser, que não tenho a possibilidade de distinguir de mim mesmo.

A fidelidade não é, em hipótese alguma, a confirmação a um contrato social; é o empenho de meu ser, em sua mais branda espessura. E, nesse sentido, a fidelidade refere-se sempre a uma presença. Fidelidade é fidelidade não a um desejo ou a uma intenção; fidelidade é o engajamento de meu ser no ser e, portanto, é expressão mais pura e real da participação. A fidelidade é a duração (pois, na realidade, é a vitória sobre o “*kronos*”) de uma “co-presença”, se estabelecendo na comunhão e sendo tecida pelo amor. A fidelidade se estabelece dentro da temporalidade, mas, por ser tecida no ser (e não nas condições psicológicas de meu eu), transcende o tempo, me engaja em um processo de superação do próprio tempo e, por isso, é capaz de ser sinal da imortalidade. A fidelidade, apreendida em sua essência metafísica, se nos manifesta, por conseguinte, como o único meio pelo qual dispomos para triunfar eficazmente ante o tempo; é ela – a fidelidade – um lançar-se além e não, como poderia sugerir se compreendida como mero juramento, um prender-se ao passado; é ela um abrir-se ao futuro criativo, potente e pleno.

Aqui, entretanto, corremos o perigo de concluir que tal fidelidade se trata e se confunde com constância; ledo engano. A constância é certa armação racional da fidelidade, é simplesmente o fato de preservar em determinado propósito e pode ser entendida como imutabilidade, de modo específico quando um ser, ao buscar ser fiel, se baseia em uma ideia que possui de si mesmo e com relação à qual não quer desmerecer; em outras palavras: é fiel a si mesmo e não à intersubjetividade tecida na relação amorosa. E mais: é fiel a um dever adquirido em tempo passado. Por ser criativa, a fidelidade é “movimento puro”, saída de si mesmo em direção a certa “memória do futuro”. A fidelidade, como já afirmado, implica o elemento da presença e a presença nunca é “fossilizada”, imutável, “travadora” de existência; é dinamicidade latente.

A fidelidade, que é criadora, não pode, em hipótese alguma, ser vista e analisada *ad extra*; vista de fora, toda fidelidade se mostra como incompreensível e impraticável, como uma aposta. Tal afirmação nos fornece um alerta: não podemos nos converter em expectadores de nós mesmos. Entretanto,

[...] essa possibilidade de subversão ou inclusive de destruição, mediante a reflexão, está envolvida na essência mesma do ato livre; é na medida em que somos livres que estamos expostos a trair-nos e a ver na traição a salvação, e isso é precisamente o que há de verdadeiramente trágico em nossa condição. (MARCEL, 1940, p. 213).

Do apresentado até o presente, percebe-se que toda fidelidade se constrói sobre a base de certa relação, experimentada como indefectível, ou seja, sobre uma certeza que não pode ser fugaz, uma certeza que condensa em um instante privilegiado o mistério do compromisso, porém “este mistério não podemos eliminá-lo tentando reduzir a fidelidade ao costume ou a uma contrapartida mecânica das obrigações sociais” (MARCEL, 1940, p. 214).

A fidelidade como “condição misteriosa” se desenvolve em duas vertentes: a) fidelidade a um ser particular, dada na experiência, uma fidelidade que não se reduz a um sentimento que une a consciência com suas determinações. A fidelidade é sempre concreta, empírica, real, dirigida a um tu, a uma pessoa. A fidelidade, portanto, é um crédito (MARCEL, 1935, p. 179); b) fidelidade absoluta, confessada não a um ser particular, mas a Deus. Essa fidelidade é a própria fé:

É a fé mesma, a segurança invencível fundada sobre o ser mesmo. Aqui, e somente aqui, alcançamos não somente uma incondicionalidade de fato, mas uma incondicionalidade inteligível, aquela do Tu Absoluto, aquela que se expressa no *Fiat voluntas tua* do Pai-nosso. (MARCEL, 1935, p. 179).

A fidelidade a um ser particular nos leva a perceber que pode existir uma fidelidade real na ordem empírica com respeito a um tu identificável no plano dos objetos. Porém, sempre posso me questionar sobre a realidade do vínculo que me une a um outro ser particular e daqui que somos como que “impelidos” a estruturar, na fidelidade absoluta, o estofo de segurança das fidelidades cotidianas. A partir desse momento, desse *saltus* metafísico, esta base de fidelidade se mostra inquebrantável ali onde está constituída não por uma apreensão distinta de Deus, considerado como qualquer outro, senão “[...] por certo chamado desde o fundo de minha indigência *ad summam altitudinem*. Isso é o que chamei Recurso Absoluto” (MARCEL, 1940, p. 217). Essa dimensão ou esse chamado supõe e exige uma humildade total do sujeito, humildade polarizada pela transcendência mesma daquele a quem invoca. Quando, então, realizo esse ato de compromisso, abro um crédito infinito Àquele com quem o realizei “e a esperança não é outra coisa do que isso” (MARCEL, 1940, p. 218).

Percebemos, de imediato e com toda claridade, que se inverte a ordem das questões: se até então partíamos das fidelidades cotidianas para “acessar” a fidelidade

absoluta, agora é a fidelidade absoluta (que podemos chamar *fê*) que resulta possíveis as outras fidelidades e “é nela, e somente nela, que se encontra o que as garanta” (MARCEL, 1940, p. 218).

Apreendendo o alcance metafísico da fidelidade e igualmente a morte como solicitação radical da fidelidade, vemos a morte como um selo definitivo, uma radical definição e, portanto, uma libertação, visto que “parece tão terrível recair na prosa cotidiana e na inconstância do futuro! A morte liberta do peso e das infidelidades” (TROISFONTAINES, 1966, p. 64).

Convém lembrar, novamente, que é a morte do ser amado, do “tu”, que ocupa o pensamento de Marcel e não a do “ele”: “É a morte do ‘tu’ que me afeta e me perturba, enquanto a do ‘ele’ me deixa indiferente” (GRANADE, 2019, p. 420). À medida que me faço autor de mim mesmo, eu posso me entranhar na morte, fechar-me, me indefinir. Totalmente é um outro caminho quando o *tu* aparece; o *tu* solicita fidelidade, que jamais é solicitada com uma ausência. Assim, porque amo a um ser – e reiteremos: a um *ser* e não a um *objeto* -, há a exigência de uma indestrutibilidade do ser amado, pois “não é verdadeiro que a estrutura da criatura humana comporte uma mortalidade intrínseca” (TROISFONTAINES, 1953, p. 145).

A indestrutibilidade do ser amado não é afirmada do ponto de vista nomênico; ela está imortalizada em um lugar, em uma comunhão maior do que aquela que se estabelece com um objeto: “Depende, agora, daquele que sobrevive, da sua fidelidade, o manter a comunhão com o que desapareceu” (TROISFONTAINES, 1966, p. 36). A morte do ser amado solicita fidelidade ao que fica; é a morte, portanto, um convite a uma fidelidade radical.

A verdadeira fidelidade, por outro lado, reconhece que o ser amado não é uma simples “lembrança”. O espírito de fidelidade reclama uma refutação explícita, uma negação expressa da morte; não da “morte em geral”, que não é mais do que uma ficção; nem da minha morte que não posso antecipar, mas da morte do ser amado. Reiteremos: a imortalidade do ser amado somente pode ser dita a partir da fidelidade, como defende Marcel (1944, p. 157): “O espírito da verdade leva outro nome, mais revelador ainda; é também espírito de fidelidade, e o que esse espírito reclama de nós, creio cada vez mais, é uma recusa explícita, uma negação expressa da morte.”

A imortalidade, portanto, não é cognitiva ou mnemônica (em outros termos, psicológica); ela é real, nasce do amor. Não se trata de uma fidelidade a uma memória, a acontecimentos, é fidelidade a uma pessoa e “nossa certeza da imortalidade pessoal se apoia sobre a exigência da perenidade que implica o amor humano” (TROISFONTAINES, 1953, p. 170).

Por fim, dizer dos mortos que eles não estão presentes é, segundo Marcel, negar o princípio da comunhão. Pelo amor que tenho ao ser amado, recuso-me a objetificá-lo; é apenas por causa da minha fidelidade ao “tu” que a comunhão pode subsistir entre nós. As relações concretas com outrem são fundadas sobre o amor e a reciprocidade, assim como a fidelidade que existe entre “eu” e “tu” é a base do “nós”. Tal fidelidade não se arvora em uma condição, mas é construção: “A fidelidade não é um dado preliminar, mas se revela e se constitui como fidelidade a essa travessia, por essa provação unida ao que se experimenta, no dia a dia” (MARCEL, 1944, p. 161-162).

Considerações finais

O tempo de morrer – por mais paradoxal que se nos apresente – também possui um valor e não se pode aceitar interpretações que acreditem dominar a morte ou reduzi-la a uma simples formalidade ou uma nadificação do ser. A lei da evolução ou a mais simples observação biológica, que exige que o ser amado morra como indivíduo, requer que ele subsista como pessoa. E daqui uma primeira conclusão do caminho até então percorrido: a imortalidade do ser amado não deve ser pensada no nível do indivíduo isolado; é perenidade de uma comunhão intersubjetiva, sobretudo com Deus. A morte, portanto, é sempre intersubjetiva, é o ponto de intersecção entre existência e essência, objetividade e subjetividade, encarnação e transcendência. No fundo, o cessar de nossa atividade biológica nos torna profundamente humanos; ou melhor, revela-nos nossa mais profunda humanidade. Somos quem somos na morte.

Constata-se que a ideia da imortalidade ultrapassa, *a fortiori*, a de sobreviver; a carne reivindica a imortalidade, a qual não significa a perenidade de uma coisa, mas a fidelidade criadora de uma comunhão. E, nesse sentido, a segunda conclusão do que aqui foi exposto - da tensão entre a exigência de perenidade e a certeza indefectível da presença do defunto, de uma parte, e a impossibilidade radical de uma investigação de outra – é o

fato de que surge uma invocação e se articula a abertura à transcendência. A imortalidade deve ser vista, também, por ser gerada no amor e na fidelidade, como uma abertura ao transcendente: “Pode-se conceber uma sobrevivência real das pessoas sem recorrer-se à transcendência?” (MARCEL, 1944, p. 163). O próprio Marcel nos oferece a resposta:

[...] não há amor humano digno desse nome que não constitua, aos olhos de quem o pensa, um dom e uma semente de imortalidade; por outra parte, não é possível pensar esse amor sem descobrir que não pode constituir um sistema fechado, pois se ultrapassa em todo o sentido e exige, no fundo, para ser plenamente ele mesmo, uma comunhão universal fora da qual não pode satisfazer-se e sem a qual está destinado a corromper-se e perder-se; e essa comunhão universal somente pode desprender-se do Tu Absoluto [...]. (MARCEL, 1944, p. 163).

Os verdadeiros mortos, portanto, são aqueles que não amamos; e a morte somente angustia aqueles que não se desprenderam de sua fé ingênua ou não fizeram a experiência do amor genuíno, pois “para a fé, ou seja, para o pensamento que superou o abstrato e o imaginário, a morte não existe: ‘Ó morte, onde está tua vitória?’” (MARCEL, 2018, p. 57).

Referências bibliográficas

- GRANADE, G. S. “A morte do outro”. In: SILVA; RIVA. *Compêndio Gabriel Marcel: Homenagem aos 90 anos de publicação do Diário Metafísico*. Cascavel: Edunioeste, 2019.
- HENNEZEL, M.; LELOUP, J.Y. *A arte de morrer. Tradições religiosas e espiritualidade humanista diante da morte na atualidade*. 7. Ed. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MARCEL, G. *Du Refus à l’Invocation*. Paris: Gallimard, 1940.
- MARCEL, G. *Fragmentos Filosóficos (1909-1914)*. Tradução: Claudinei Aparecido de Freitas da Silva. Cascavel: Edunioeste, 2018.
- MARCEL, G. *Homo Viator. Prolégomènes a une Métaphysique de l’Esperance*. Paris: Aubier, 1944.
- MARCEL, G. *Journal Métaphysique*. Paris: Gallimard, 1927.
- MARCEL, G. *Le Mystère de l’Être II. Foi et Réalité*. Paris: Aubier, 1951.
- MARCEL, G. *Position et Approches Concrètes du Mystère Ontologique*. Paris: Vrin, 1949.
- MARTON, S. A morte como instante de vida. Curitiba: PUCPRESS, 2018.
- RICOEUR, P.; MARCEL, G. *Entretiens*. Paris: Aubier-Montaigne, 1968.

TROISFONTAINES, R. *De l'existence a l'être. Tome II*. Paris: Vrin, 1953.

TROISFONTAINES, R. *Sementes de Imortalidade*. Tradução: A. Dias da Costa. Lisboa: Editorial Logos, 1966.

SILVA, Claudinei Aparecido de Freitas. “Entre o ‘Ser’ e o ‘Ter’: a Hiperfenomenologia de Gabriel Marcel. In: TOURINHO, Carlos Diógenes Côrtes (org.). *Origens e Caminhos da Fenomenologia*. Rio de Janeiro: Booklink, 2014, p. 162-178.

Recebido em: 25/08/2022 | Aprovado em: 17/12/2022

